

O fenômeno da Concordância Nominal na escrita: a avaliação por falantes de diferentes níveis de escolaridade¹

The phenomenon of Nominal Concordance in writing: the evaluation by speakers of different levels of schooling

Eliete Figueira Batista da Silveira

Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6928-2614>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2171617984971953>

E-mail: elietesilveira@hotmail.com

Mara Pereira Mariano

Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora da rede básica de ensino do município do Rio de Janeiro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2133-1397>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1045241748448406>

E-mail: mara-mariano@hotmail.com

Resumo

A concordância nominal é um fenômeno variável de realização *versus* não realização da regra padrão, em que a variante plural [s] é considerada de prestígio, enquanto a variante [0] é estigmatizada. Neste artigo, o objetivo é discutir o valor social da variante [0] na escrita do PB entre usuários da língua de diferentes níveis de escolaridades: alunos do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Ensino Superior e professores de Língua Portuguesa. Para isso, o trabalho tem como bases teórico-metodológicas a Sociolinguística Laboviana e os estudos de Crenças e Atitudes. Desse modo, a partir de testes de Crenças e Atitudes, foi possível notar que a variante zero é mais saliente entre falantes de maior grau de instrução. Ademais, quando a variante zero é notada, é avaliada de forma negativa por todos os participantes, independentemente do nível de escolaridade. Palavras-chaves: Concordância nominal. Sociolinguística. Crenças e Atitudes. Nível de escolaridade.

Abstract

The nominal concordance is a variable phenomenon of realization versus non realization of the standard rule, in which the plural variant [s] is considered prestigious, while the variant [0] is stigmatized. In this article, the purpose is to discuss the social value of variant [0] in the writing of Brazilian Portuguese among users of the language of different levels of education: students of Elementary School II, High School, Higher Education and teachers of Portuguese. For this, the work has as theoretical and methodological bases Labovian Sociolinguistics and the studies of Beliefs and Attitudes. Thus, from tests of Beliefs and Attitudes, it was possible to notice that the zero variant is more salient among speakers of higher education. In addition, when variant zero is noticed, it is evaluated negatively by all participants, regardless of educational level.

Keywords: Nominal concordance. Sociolinguistics. Beliefs and Attitudes. Level of education.

Data de submissão: 27/04/2020 | Data de aprovação: 01/06/2020

¹ Este artigo é parte da pesquisa realizada no âmbito do doutorado em Língua Portuguesa, no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. (<http://www.posvernaculas.letras.ufrj.br/pt/doutorado/teses/teses-2019/753-mara-pereira-mariano.html>).

Introdução

O fenômeno da concordância nominal (CN) é um tema bastante explorado nos estudos linguísticos, principalmente quando se observa a modalidade oral da língua, sendo considerado um fenômeno variável no português do Brasil (PB). Desse modo, em um contexto de variação, há variantes que alternam entre si, apresentando o mesmo valor referencial. Porém, essas variantes não recebem a mesma avaliação, o mesmo julgamento por parte dos seus usuários. A variante <∅> é, normalmente, estigmatizada, considerada erro e sinônimo de não saber português, enquanto a variante <s> é mais prestigiada socialmente (os garoto x os garotos).

No que se refere à variação linguística, Labov (2003) explica que há três regras em que os fenômenos podem ser encaixados. A regra I é a **regra categórica**, que compreende os fenômenos linguísticos que se encontram na gramática internalizada do falante, não podendo ser violada, pois seria uma violação do sistema linguístico. Apresenta 100% de aplicação, mesmo não sendo conscientemente reconhecida pelos usuários da língua. Um exemplo é o uso do artigo antes do substantivo (O menino x menino o*). Já a regra do tipo II é denominada **semicategórica**. Nela, há violações raras e algumas estruturas podem causar estranhamento aos falantes. Nesse tipo de regra, há a coexistência de formas alternativas (variantes) de um fenômeno, cuja concretização tem frequência de até 5% ou acima de 95%. Por fim, há a regra do tipo III, a **regra variável**. As regras variáveis fazem parte da competência linguística do falante e podem ser indicadores sociais (não são percebidas conscientemente pelos falantes), marcadores sociais (são percebidos e revelam estratificação social e estilística) ou estereótipos sociais (são percebidas e estigmatizadas pela comunidade de fala, cf. LABOV, 1972). As variantes que se encaixam nessa regra apresentam percentual que varia entre 5% e 95%.

Apesar de inúmeros trabalhos com a oralidade considerarem a CN como um fenômeno variável (SCHERRE, 1988; BRANDÃO; VIEIRA, 2012; CAMACHO, 2013), na escrita, esse fenômeno parece apresentar um comportamento diferente, podendo ser enquadrado na regra do tipo II (regra semicategórica) proposta por Labov (LABOV, 2003). Em outras palavras, na escrita, as marcas de concordância no sintagma nominal alcançam mais de 95% das ocorrências. Esses resultados indicam uma forte atuação da escola no que se refere à aprendizagem da regra padrão.

Mariano (2019) trabalhou com a escrita de alunos do ensino Fundamental II de escolas públicas e privadas do município do Rio de Janeiro, analisando 4.100 dados em que apenas 108 elementos não apresentaram a marca formal de número, ou seja, 2,7%. Como se nota, houve pouca violação à regra padrão de número na escrita, já que a variante <∅> foi realizada com frequência menor que 5%, e a variante <s>, acima de 95%. Portanto, nesse estudo, conforme mencionado acima, o fenômeno da concordância nominal se comportou como uma regra semicategórica.

Existem poucos trabalhos sobre o fenômeno da CN na escrita, impedindo comparações e conclusões assertivas. Contudo, o resultado encontrado em Mariano (2019) acerca da

escrita de indivíduos em processo de letramento escolar pode revelar o quanto a escola tem recuperado formas linguísticas menos frequentes na oralidade. E a recuperação da variante <s> não é acidental. A forma variante <ø> é associada a falantes de menor grau de instrução e, por isso, pode ser considerada uma marca identitária, que caracteriza o seu usuário como alguém inculto, que não sabe português, principalmente por falantes de maior nível de escolaridade. Esse estereótipo negativo sobre a variante zero e seus usuários pode influenciar o aumento no uso da variante <s>, principalmente em contextos mais formais, como uma escrita avaliativa. Contudo, a escola deve mostrar aos seus alunos como a variante zero pode ser e é aceitável em determinados contextos e gêneros textuais, comprovando que essa variante é legítima no português brasileiro.

Assim, este trabalho tem como objetivo descrever o resultado de um dos testes de crença e atitudes realizado em Mariano (2019). A intenção do teste foi medir a avaliação atribuída a parágrafos que apresentavam a variante zero, em oposição à avaliação feita aos parágrafos com a variante <s>. A hipótese inicial é que, quanto maior o grau de instrução dos avaliadores, mais negativamente o parágrafo será avaliado, recebendo conceitos como regular ou ruim. A partir disso, discute-se o valor social existente sobre o fenômeno da concordância nominal no PB. Os resultados serão apresentados separadamente, de acordo com o grau de escolaridade dos participantes, considerando, também, dois aspectos: (i) participantes que notaram o “problema” presente no texto (ausência de CN padrão e incoerência textual) *versus* os participantes que não deixaram claro na entrevista a percepção desses desvios e (ii) alunos da escola pública *versus* alunos da escola particular, no caso dos juízes do EF II e EM.

1 Revisão da Literatura

Pesquisas que utilizam testes de Crenças e Atitudes já acontecem há algum tempo dentro do âmbito acadêmico, principalmente na área de Psicologia. Contudo, ultimamente, pesquisas dessa natureza têm se destacado nos estudos linguísticos, sobretudo com o intuito de observar a opinião e o comportamento dos falantes em áreas de fronteiras e que estão em contato com duas ou mais línguas diferentes (BUSSE, 2012; CORBARI, 2012; DALLEASTE; BUSSE, 2013).

Porém, também são comuns pesquisas que observam as crenças e as atitudes² de indivíduos frente a um fenômeno linguístico, como o trabalho de Mollica (1995). A pesquisa tinha como finalidade verificar a coerência absoluta ou relativa entre o que um falante produz e aquilo que ele percebe. Para testar isso, a autora investigou as atitudes dos falantes em

² Numa concepção comportamentalista ou behaviorista, a atitude é um elemento único de valoração e afeto. É uma conduta, uma resposta a um estímulo e pode ser observada a partir do comportamento do indivíduo em determinada situação social. Já segundo Santos (1996 *apud* MIRANDA, 2014), as crenças são maneiras de se ver e interpretar o mundo a partir de nossas experiências, podendo ser construídas socialmente. Crença e atitude se relacionam, e essa relação é estabelecida pelo contexto.

relação a diferentes fenômenos linguísticos, entre eles, a concordância nominal³. O *corpus* foi composto por falantes cariocas, com pais também cariocas, estratificados por idade, sexo e escolaridade. A ideia era averiguar a sensibilidade e o grau de estigmatização relativo a esses fenômenos. Para isso, foram feitos testes em que os participantes deveriam responder sim/não para o teste de percepção e correto/não correto para o teste de avaliação das sentenças. Assim, o primeiro resultado da autora refere-se à constatação da equivalência entre os resultados das variáveis sociais de outras pesquisas com os resultados por ela encontrados, principalmente para as variáveis faixa etária e escolaridade.

Dessa forma, no trabalho de Mollica (1995), em relação ao fenômeno da concordância nominal, verificou-se que a percepção da existência de formas variantes aumenta conforme aumenta a idade dos falantes. Os percentuais são de 48% entre os mais jovens e 77% entre os mais velhos; porém, para todas as idades, os percentuais quanto à avaliação negativa da variante zero ficou em torno de 3%. Já em relação à escolaridade dos falantes entrevistados, notou-se que o grau de instrução é importante para a avaliação negativa da variante não-padrão: 25% entre os falantes do Ensino Fundamental I, 55% entre os falantes de Ensino Fundamental II e 89% entre os falantes do Ensino Médio. Portanto, em Mollica (1995), pôde-se notar a relação direta entre avaliação negativa sobre a variante zero e o nível de escolaridade. Além desses resultados apresentados, a autora expõe outros relacionados a variáveis linguísticas. Para a concordância nominal, a variável posição exibiu resultados em consonância com o trabalho de Scherre (1988), ao mostrar que os falantes perceberam mais a ausência de concordância de número, quando o sintagma nominal apresentava a ordem adjetivo + substantivo (72%), contra 53% de SNs na ordem substantivo + adjetivo.

Após apresentar o resultado de todos os outros fenômenos, Mollica (1995) expôs alguns princípios gerais sobre regras que gerenciam os processos de produção/percepção/avaliação. São eles: (i) estruturas menos notadas são menos estigmatizadas, e essas não precisam ser as mais frequentes e nem a padrão, (ii) estruturas mais notadas são mais estigmatizadas, e essas não precisam ser as menos frequentes e nem a não-padrão, (iii) estruturas mais notadas são envolvidas por condições estruturais específicas, podendo ser relevantes do ponto de vista de sua funcionalidade sócio-pragmática e (iv) estruturas mais estigmatizadas só são avaliadas negativamente se forem percebidas e isso só ocorre mediante as condições apresentadas em (iii). Para os princípios (iii) e (iv), há uma exceção, já que não funcionam em casos de variantes do tipo não-padrão que exigem a atenção dos indivíduos mais escolarizados.

Outro trabalho relacionado à avaliação e à percepção sobre fenômenos da língua é a dissertação de Oushiro (2011). Nessa pesquisa, a autora estudou a relação entre identidade social e uso linguístico entre paulistanos, a partir de quatro fenômenos da língua⁴, entre eles

³ Além da concordância de número, Mollica (1995) também investigou os seguintes fenômenos da língua: as estruturas (de) queístas, a concordância verbal, a oscilação entre as formas nós/a gente e as anáforas pronominais em construção de tópico e em estruturas relativas.

⁴ A realização do /e/ nasal como monotongo ou ditongo, a pronúncia do /r/ em coda silábica como tepe ou retroflexo e a ausência de concordância verbal de 1ª e 3ª pessoa do plural foram os outros fenômenos linguísticos estudados por Oushiro (2011).

a ausência de concordância nominal. Em relação a esse fenômeno, os entrevistados ouviam o seguinte enunciado: “me vê dois pastel e um chopés”, e deveriam opinar sobre aquela maneira de falar; se julgassem o enunciado negativamente, perguntava-se também o que estava “estranho”, “errado” ou “esquisito”.

Quanto à avaliação e à percepção sobre a marca zero, foi possível constatar que essa variante foi reconhecida como pertencente ao falar paulistano e associada à localidade da Mooca, bem como ao baixo nível de escolaridade do falante. Apesar desse reconhecimento, a variante não padrão recebeu forte estigmatização, principalmente pelos mais jovens. Nas entrevistas, houve comentários metadiscursivos que julgavam esse uso como erro. Além disso, a ausência de concordância padrão parece funcionar como uma marca de identidade de gênero, sendo considerado um índice de masculinidade em São Paulo.

Mendes (2016) também empreendeu pesquisa com base em Crenças e Atitudes com o objetivo de captar a avaliação dos falantes da cidade de São Paulo sobre o fenômeno da concordância nominal. Foram gravados quatro falantes (dois heterossexuais e dois homossexuais) ora usando a variante padrão, ora usando a variante não padrão. O objetivo era estudar as percepções sobre masculinidade e as diferentes percepções sobre esse fenômeno, a depender do gênero/sexo dos entrevistados. O resultado mostrou que a gravação exibindo a variante não padrão foi associada à baixa escolaridade, menos efeminado, baixa classe social, menos inteligente e menos formal. Escolaridade foi o julgamento mais relevante tanto para homens quanto para mulheres na avaliação sobre o fenômeno da concordância. Em seguida, a classe social e a inteligência foram apontadas pelas mulheres como os critérios mais importantes para a ausência ou a presença da marca formal de número, e a afeminidade para os homens. Assim, a marca zero significa para as mulheres índice de falta de inteligência e de pertencimento à classe social mais baixa, e para os homens, a marca zero significa “masculinidade”. Portanto, pode-se compreender que ouvintes de diferentes perfis podem avaliar diferentemente uma mesma variante.

Além desses, há outros trabalhos importantes que utilizaram testes e observaram as crenças e as atitudes de alunos, professores e graduandos em Letras sobre variação linguística e a relação deles com a fala e a escrita (CYRANKA, 2007; MORAES; ANDRADE, 2014). Por limitações estruturais, esses estudos não serão aqui apresentados, mas vale dizer que essas pesquisas nortearam também o presente estudo, já que os resultados aqui apresentados mediram a avaliação e a percepção de falantes de diferentes níveis de escolaridade e professores de Língua Portuguesa.

2 Fundamentação teórica

Os trabalhos com testes de Crenças e Atitudes ganharam destaque na década de 60, com Lambert *et al.* (1960), a partir de sua pesquisa com 130 jovens canadenses sobre a fala inglesa e a francesa, em que aquela língua recebeu uma valoração mais positiva do que esta. Essa pesquisa foi feita em duas universidades de Montreal (Canadá) e os entrevistados – falantes das variedades do Inglês e Francês – ouviam duas vezes um mesmo texto em prosa,

um em cada idioma, de um mesmo falante bilíngue, e o julgavam a partir do que haviam acabado de escutar. As características apresentadas a esses avaliadores estavam relacionadas à competência do falante (inteligente, sabe se expressar bem), a sua integridade pessoal (confiável, preguiçoso) e a sua atratividade social (seria um bom namorado, é divertido). Tanto os falantes do inglês quanto os do francês avaliaram mais positivamente o falante do idioma inglês, relacionando a ele características como bondade e inteligência. Essa técnica ficou conhecida como “falsos pares” (*matched guise*).

Segundo Bortoni-Ricardo (2014), os estudos de Crenças e Atitudes fazem parte das pesquisas em Sociolinguística. Para a autora, a disciplina Sociolinguística é dividida em dois ramos: a microssociolinguística e a macrossociolinguística. Os estudos de Crenças e Atitudes estão inseridos no ramo da macrossociolinguística, já que a partir de testes podem-se descobrir os sentimentos positivos ou negativos dos falantes frente às línguas e suas variedades, sendo, assim, um estudo sociolinguístico da sociedade⁵. Por seu turno, o estudo sociolinguístico da língua se enquadra no ramo da microssociolinguística (Etnografia da comunicação, o discurso, a pragmática, pesquisas sobre as implicaturas conversacionais, as línguas de pidgins e crioulas, a variação linguística).

Ademais, vale dizer que os estudos de Crenças e Atitudes estão relacionados ao problema da avaliação proposto por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]). Labov (2003) aponta que há uma avaliação subjetiva do falante sobre determinados usos de uma língua e que uma variante tende a ser mais prestigiada socialmente que outra. Em Labov (2008 [1972]), o linguista confirmou isso em sua pesquisa sobre a pronúncia do -r na cidade de Nova York, mostrando que a sua introdução entre os nova-iorquinos advém de uma avaliação positiva sobre esse uso. De acordo com Labov (2008), a substituição de uma pronúncia sem -r para uma pronúncia com -r está relacionada tanto à formalidade do contexto quanto ao *status* social do falante. Sua pesquisa observou também a importância da faixa etária para a avaliação dessa pronúncia, pois é entre os jovens de 18 a 39 anos, que há uma avaliação positiva sobre a pronúncia com -r. Desse modo, foi possível notar que a crença de que a pronúncia com -r é melhor, mais bonita e correta fez com que essa variante ganhasse espaço na fala dos nova-iorquinos.

É possível postular que algo parecido ainda ocorra no português do Brasil com o fenômeno da concordância nominal. A avaliação negativa sobre a variante *os* pode motivar a presença da marca formal de plural, impedindo o processo de mudança em direção a um sistema de perda das marcas morfológicas de número, já que a ausência de marca [-s] é considerada “errada”, associada a não saber falar “certo”. Por isso, o que se tem é um sistema que caminha em direção à aquisição da regra da concordância padrão.

⁵ Os termos Sociolinguística da sociedade e Sociolinguística da língua é uma tradução livre de Bortoni-Ricardo (2014) e faz referência aos termos *Sociolinguistics of Society* e *Sociolinguistics of Language* de Fasold (1984, 1990 *apud* BORTONI-RICARDO, 2014).

3 Aspectos metodológicos

3.1 A construção do teste

A construção de testes de crenças e atitudes não é algo simples, pelo contrário, é bem trabalhoso e exige muitas reformulações e pré-testes até que se chegue à versão final. Também é fundamental que se apliquem testes a um número maior de avaliadores que o planejado, pois muitos deles acabam sendo descartados por diferentes motivos: incompletude, o candidato não atende aos requisitos necessários, erro na confecção do teste, entre outros incidentes.

Para esta pesquisa, os testes aplicados foram do tipo *off-line*, sem o controle do tempo das respostas dadas pelos informantes; a técnica usada foi a direta, porque os falantes tinham ciência de que estavam participando de uma pesquisa, conscientemente explanaram suas opiniões e percepções, e os questionários eram abertos e fechados, com perguntas de respostas livres e outras com opções de respostas (KENEDY, 2014).

O teste consiste na leitura de parágrafos introdutórios sobre o tema “A importância do sono”. Os entrevistados deveriam ler três parágrafos sobre esse tema e atribuir a eles um conceito (muito bom, bom, regular e ruim), justificando, em seguida, o conceito atribuído. Cada parágrafo era diferente, contando, também, com diferenças quanto às questões gramaticais e textuais. Dessa forma, cada candidato avaliava: (i) um parágrafo em que todos os sintagmas nominais apresentavam a variante zero (problema de ordem gramatical); (ii) um parágrafo com problema de coerência, mas com a marca -s presente nos SNs (problema de ordem textual) e (iii) um parágrafo padrão (todos os sintagmas nominais com concordância e com coerência textual). O quadro a seguir mostra, de maneira mais clara, como esses textos formaram os três testes:

Tabela 1 - Distribuição dos testes por testes

	Teste 1	Teste 2	Teste 3
Problema textual	Durma bem!	A importância do sono	Benefícios do sono
Problema gramatical	A importância do sono	Benefícios do sono	Durma bem!
Padrão	Benefícios do sono	Durma bem!	A importância do sono

Fonte: MARIANO (2019)

Essa mesclagem entre os parágrafos tem como objetivo analisar também se outros fatores poderiam influenciar na avaliação dos juízes, como o tema abordado ou uma palavra ou outra usada em um determinado texto. Por isso, o mesmo parágrafo com problemas diferentes pode auxiliar a entender o que realmente está sendo avaliado. Por exemplo, o parágrafo com o título **Durma bem!** apareceu para um candidato com problema textual, para outro candidato, com problema gramatical e para um outro avaliador como um parágrafo padrão. O mesmo aconteceu com os outros parágrafos (**Benefícios do sono** e **A importância**

do sono). Além disso, todos os textos foram escritos à mão com o objetivo de se aproximar da realidade do contexto de produção: seleção a uma vaga de emprego.

É importante, ainda, entender que os parágrafos com ausência de concordância padrão apresentam SNs com traço + animado (“pessoas mais disposta e bem humorada”) e - animado (“hábitos saudáveis”), com maior e menor grau de saliência (“as questões”; “as luz forte”; “coisas incrível”), de dois ou mais lugares (“vários dias”; “todas as ideias recebidas”). Isso foi feito pensando que existem SNs que recebem, normalmente, mais marcas de número do que outros e, por isso, há SNs mais ou menos salientes aos falantes de uma língua. A ideia é que o fenômeno chame a atenção dos avaliadores para que estes julguem o texto e o seu produtor, considerando o uso da variante zero.

Antes mesmo de os candidatos começarem a responder o teste, eles receberam recomendações e preencheram alguns dados importantes para o controle da pesquisadora. Apresenta-se a seguir a parte inicial dos testes:

PESQUISA PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
Primeiramente, obrigada por aceitar participar desta consulta. A seguir, haverá algumas questões que devem ser respondidas na ordem em que estão e, de preferência, sem que retorne à anteriormente respondida. É importante que saiba que não há uma resposta certa e que você não está sendo avaliado.	
INFORME, POR FAVOR, SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE:	
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	
<input type="checkbox"/> Ensino Médio (1º ao 3º ano)	
<input type="checkbox"/> Ensino Superior (graduação)	
<input type="checkbox"/> Mestrado	
<input type="checkbox"/> Doutorado	
ONDE VOCÊ ESTUDA (QUAL CURSO)? _____	
ENTENDENDO A PESQUISA...	
↓	
Uma grande empresa abriu um concurso para diferentes funções/cargos. Para conseguir a aprovação, os candidatos tinham de fazer uma redação de mesmo tema, independente da função a que concorriam. Agora, você vai ler alguns parágrafos das redações que foram escritas pelos candidatos que estavam concorrendo a essas vagas de emprego. O tema da redação foi: <i>a importância de ter uma boa noite de sono</i> . Após a leitura, mostre sua opinião sobre o que foi produzido e sobre os autores desses textos.	

Em seguida, os juízes liam o parágrafo e respondiam a cinco questões que se seguiam, procedendo da mesma forma para todos os parágrafos apresentados. Neste artigo, o que está em foco é a questão dois dos testes:

2- Se tivesse que avaliar, que conceito você daria a essa produção? <input type="checkbox"/> muito bom <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim Por quê? _____

O objetivo dessa pergunta é constatar o *status* da variante zero, verificando se os parágrafos com ausência de concordância nominal padrão serão avaliados negativamente ou não.

3.2 Os avaliadores

As entrevistas contaram com a resposta de 25 alunos da rede particular e 25 da rede pública do EF II; 25 alunos da rede particular e 25 da rede pública do EM; 25 estudantes do Ensino Superior e 25 professores de Língua Portuguesa.

A aplicação dessa atividade foi, em grande parte, feita pela pesquisadora. Os alunos que responderam ao teste se mostraram, em sua maioria, bastante interessados em participar da pesquisa, foram bem solícitos e fizeram poucas perguntas. Após a aplicação, conversava-se com a turma ou com determinados participantes. Avaliar o texto em si se mostrou algo tranquilo para boa parte deles.

Em relação aos julgadores dos testes, destaca-se que os alunos da rede privada pertenciam a uma rede de ensino bem conceituada no Rio de Janeiro, com unidades espalhadas em áreas nobres da cidade e do estado do Rio. São escolas com mensalidades altas e que atendem a um público de classe média alta. O foco dessas escolas são os concursos vestibulares, principalmente, o Enem. Por isso, existe um marketing forte em relação ao número de aprovados em universidades públicas, como também em escolas federais e militar. Nessa pesquisa, em particular, os avaliadores estudavam em unidades situadas nos bairros de Copacabana e Vila da Penha, e em toda a rede havia cerca de 9 mil alunos matriculados.

Já os avaliadores da rede pública de ensino estudavam em escolas localizadas nos bairros de Vila Kosmos, Quintino e Irajá. São escolas que atendem alunos com menor poder aquisitivo, em sua grande maioria moradores de comunidades. Além disso, grande parte desses estudantes estão inseridos em contextos violentos e convivem, normalmente, com falantes de baixo grau de instrução.

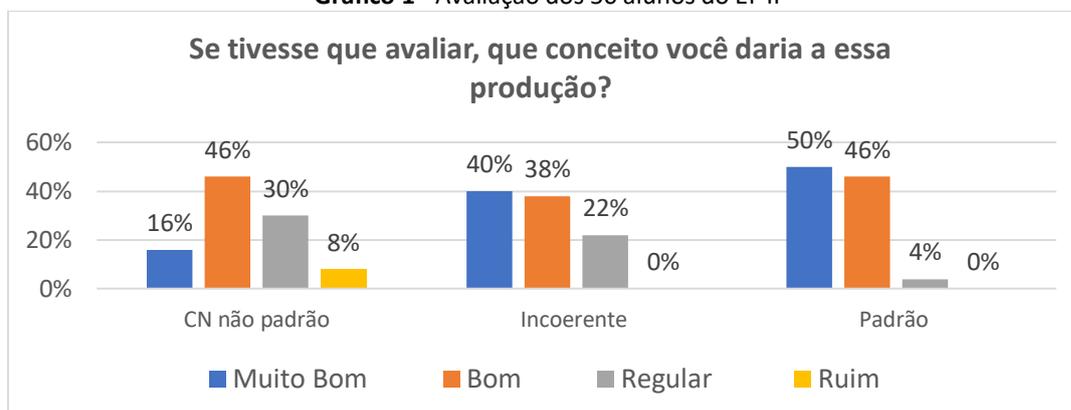
4 Resultado

O primeiro resultado que deve ser comentado é que nem todos os participantes perceberam a ausência da marca -s nos sintagmas nominais, ou pelo menos não expressaram em suas respostas sua percepção. Todavia, quanto maior o nível de escolaridade do avaliador, maior foi a percepção sobre a variante zero nos parágrafos e maior o número de conceitos negativos (regular ou ruim) conferidos às introduções sem CN padrão. Além disso, a falta de concordância nominal foi mais percebida pelo respondente do que os problemas relativos à coerência textual.

• **Ensino Fundamental II – 2º segmento**

Foram entrevistados 50 alunos do EF II, sendo 25 da escola pública e 25 da rede particular. Observando as respostas de todos esses participantes, nota-se que o parágrafo padrão recebeu uma avaliação mais positiva, se comparado com o parágrafo com a variante zero.

Gráfico 1 - Avaliação dos 50 alunos do EF II

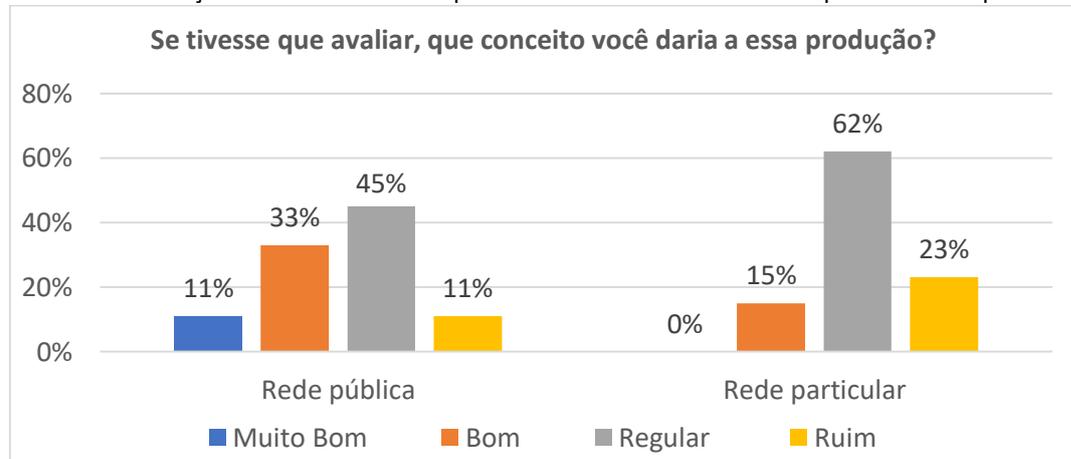


Fonte: Mariano (2019)

Desse modo, nota-se que o parágrafo padrão foi aquele que mais recebeu avaliação positiva, com um percentual de 96% de conceitos Muito bom e Bom, enquanto o parágrafo com variante zero foi o que recebeu o menor percentual de avaliação positiva (62% de conceitos Muito bom e Bom). Entretanto, é válido dizer que, de modo geral, o parágrafo de introdução sem CN padrão não recebeu uma avaliação totalmente negativa por partes dos 50 participantes do EF II. Comparativamente, os estudantes do Ensino Fundamental II fizeram uma pior avaliação do parágrafo incoerente.

Dentre os 50 alunos do EF II que participaram da pesquisa, apenas 22 perceberam a variante zero. Ao analisar as respostas desses avaliadores, é possível constatar um julgamento negativo sobre o candidato escrevente que usou essa variante:

Gráfico 2 - Avaliação dos alunos do EF II que notaram a variante zero: rede pública x rede particular



Fonte: Mariano (2019)

Como se pode notar, quando a ausência da marca formal de número foi percebida, os parágrafos com a variante zero receberam uma avaliação negativa: 56% de conceitos Regular e Ruim entre os alunos da rede pública, e 85% de conceitos Regular e Ruim entre os discentes da rede particular. Ademais, os alunos da rede particular de ensino julgaram mais negativamente o parágrafo introdutório sem CN padrão. Essa diferença pode ter relação com o público de cada rede de ensino. Sabe-se que na escola pública os alunos provêm, na sua grande maioria, de comunidades carentes, de pais com pouco letramento escolar, ou seja, são alunos que convivem com falantes de menor grau de instrução, de classe social mais baixa, com menor acesso a bens culturais (cinema, teatro, áreas de lazer, museus, entre outros), em que a variante zero é comum, usual e não estigmatizada. Já os alunos da rede particular, normalmente, convivem em maior número com falantes escolarizados, de maior poder aquisitivo, têm acesso a bens culturais como cinema, livros, teatro. Nesse contexto, a variante zero é estigmatizada e, por isso, pode ter sido julgada mais negativamente por parte desse grupo de juízes.

A seguir, há algumas respostas dos alunos do EF II sobre o motivo de terem atribuído conceito negativo à introdução com a variante zero:

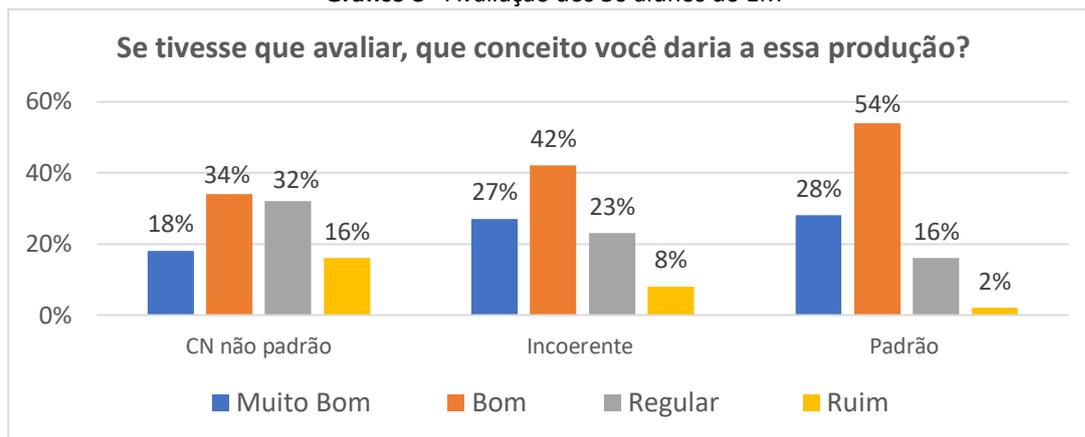
“porque tem muitos erros de gramática e para mim é essencial uma boa escrita”.
(conceito ruim – aluno do EF II da rede pública)
“o texto é bom, porém em algumas partes do texto há algumas palavras no singular em meio a uma frase no plural”. (conceito regular – aluno do EF II da rede privada)

Por essas justificativas, fica claro que o motivo da introdução ter recebido conceitos Regular e Ruim é o fato de haver “erros gramaticais”. Apesar de menos da metade dos avaliadores desse grupo terem notado a variante zero, quando percebida, foi avaliada negativamente.

- **Ensino Médio**

Também no EM houve 50 participantes, sendo 25 alunos da rede pública e 25 da rede particular. Observando as respostas de todos os avaliadores desse grupo (alunos que perceberam a variante zero e aqueles que não perceberam), pode-se verificar que, novamente, o parágrafo padrão foi aquele que recebeu maior percentual de avaliação positiva (82%), em seguida o parágrafo incoerente (69%) e, por fim, o parágrafo sem CN padrão (52%). Parece que, mesmo não deixando expressa em suas respostas a percepção da variante zero ou do trecho incoerente nas introduções, os alunos notaram algo estranho a ponto dessas introduções terem recebido conceitos mais negativos que a introdução padrão.

Gráfico 3 - Avaliação dos 50 alunos do EM



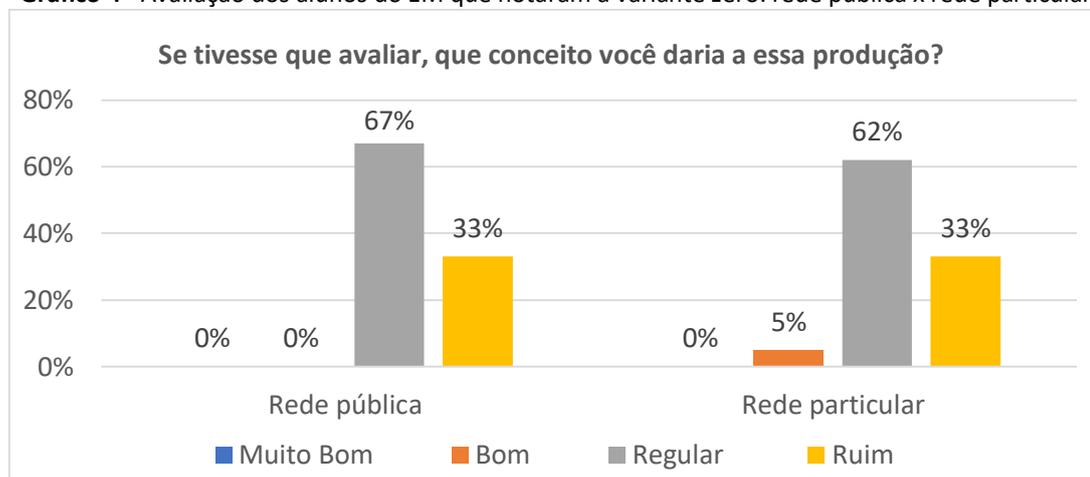
Fonte: Mariano (2019)

Entre o grupo dos alunos do Ensino Médio, 21 alunos manifestaram claramente em suas respostas a percepção sobre o uso da variante zero nas introduções analisadas por eles. Dentre esses 21 alunos, 3 frequentavam a rede pública de ensino e 18, a rede particular. A expectativa é que haveria uma gradação: quanto maior o nível de escolaridade, maior a percepção sobre a presença da variante estigmatiza. Isso ocorreu entre os alunos da rede privada (13 alunos do EF II e 18 alunos do EM notaram a variante zero), mas não entre os alunos da rede pública (9 alunos do EF II e 3 alunos do EM notaram a variante zero). Esse resultado pode ter sido motivado por fatores externos. Além das diferenças quanto ao público, que se refletem na avaliação atribuída à variante zero, há também diferenças entre os alunos da rede municipal e da rede estadual da cidade do Rio de Janeiro, principalmente quanto à prática pedagógica e à participação dos pais no processo ensino-aprendizagem. Os alunos do EM da rede pública tiveram dificuldade em fazer os testes, perguntaram bastante, muitos testes estavam em branco e tiveram que ser descartados. Eles apresentavam dificuldade em fazer a tarefa sozinhos, faltava a eles autonomia e interesse em se envolver no processo, enquanto os alunos do EF II da rede pública pareciam mais interessados, concentrados, menos questionadores. Após a aplicação dos testes, vieram conversar com a pesquisadora com o propósito de saber mais sobre a pesquisa. Na escola onde os testes foram aplicados, os alunos do EF II têm aula de música, criam letras e clipes, há projetos organizados pelos alunos, grêmio estudantil e aluno representante. Isso os torna mais autônomos e críticos. Além disso, eles ainda têm os pais mais presentes na escola, atentos às notas e às tarefas feitas.

Os alunos do EM da rede privada também se mostraram bem interessados na pesquisa, principalmente por saberem que se tratava de um estudo feito em uma universidade pública, onde a maioria almeja ingressar. Alguns tentaram adivinhar o objetivo e o fenômeno em análise durante a avaliação e, no final, sempre vinham conversar um pouco sobre o trabalho. É possível que essas características específicas sobre as escolas onde os testes foram aplicados expliquem o porquê de os alunos do EM terem se envolvido pouco na atividade e, por isso, percebido menos a ausência da marca formal de número nos textos.

Dito isso, ao examinar as respostas dos alunos que manifestaram perceber nos testes o uso da variante zero, constata-se que, semelhantemente ao grupo dos alunos do EFII, essa variante recebeu avaliação negativa, principalmente entre os alunos da rede particular, em que o número de participantes que notaram a ausência de CN padrão foi maior.

Gráfico 4 - Avaliação dos alunos do EM que notaram a variante zero: rede pública x rede particular



Fonte: Mariano (2019)

Mais uma vez, é possível chegar à seguinte conclusão: quando a variante zero é percebida, é avaliada negativamente. Isso fica bem claro nas respostas dadas pelos alunos:

- “a falta de uso do plural prejudicou” (conceito ruim – aluno do EM da rede pública)
- “A “ideia” apresentada no texto foi boa, porém, para uma vaga de emprego, tiveram alguns erros de português.” (conceito regular – aluno do EM da rede pública)
- “muitas palavras não estão coerentes (no plural).” (conceito regular – aluno do EM da rede pública)
- “O texto possui muitos erros gramaticais e isso passa a ideia de alguém que não soube se expressar” (conceito regular – aluna do EM da rede particular)
- “Possui erros de português, uma vez que não respeita o plural das palavras. Problema de oralidade.” (conceito ruim – aluna do EM da rede particular)

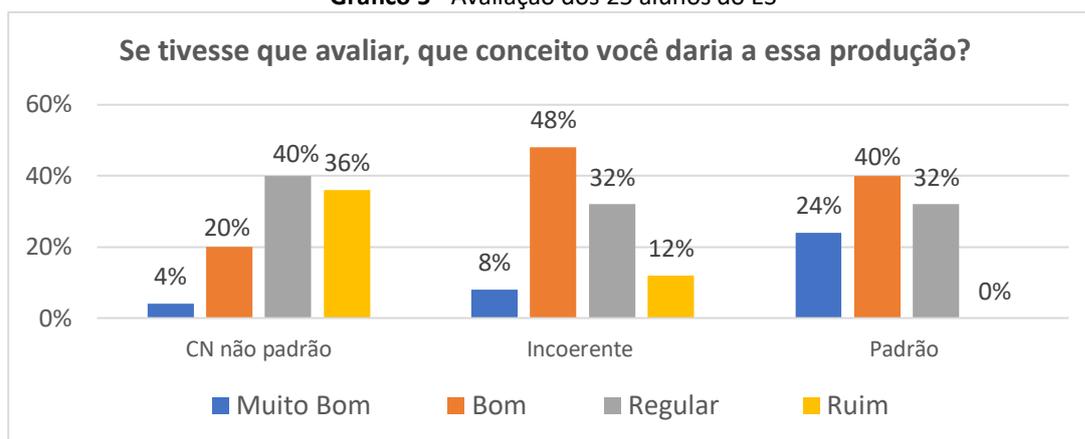
- **Ensino Superior**

No Ensino Superior, participaram da pesquisa 25 alunos. Não houve distinção entre alunos da universidade pública e privada, visto que nesses ambientes é possível encontrar um público mais heterogêneo, tanto no que se refere à classe social quanto à localidade em que residem.

Porém, a percepção sobre o uso da variante estigmatizada nas introduções foi bem maior entre os alunos do Ensino Superior e, por isso, houve também maior avaliação negativa sobre as introduções sem CN padrão.

Pelo **gráfico 5**, é possível notar que o parágrafo padrão continua sendo aquele com mais conceitos positivos (64%), seguido pelo parágrafo incoerente (56%). Já o parágrafo sem CN padrão recebeu maior percentual de conceitos negativos (76%).

Gráfico 5 - Avaliação dos 25 alunos do ES



Fonte: Mariano (2019)

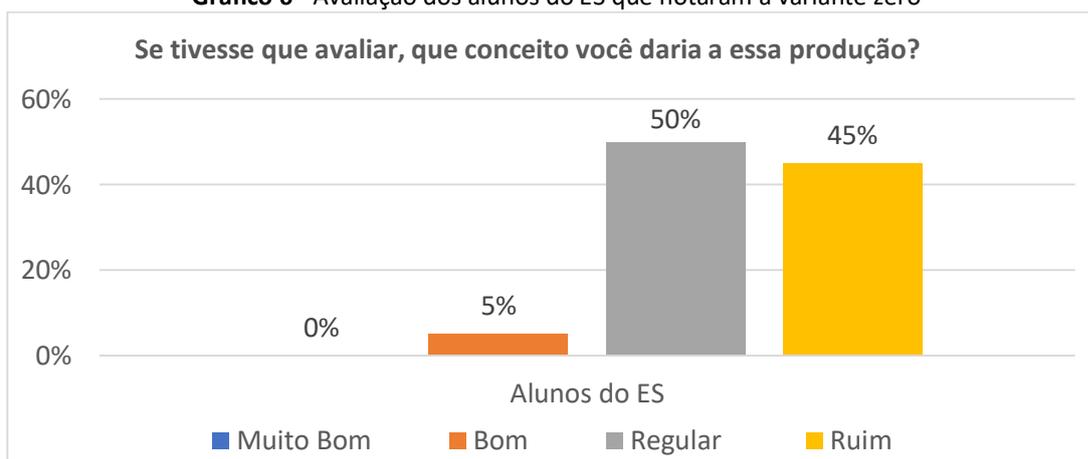
Outro resultado sobre os alunos do ES se refere à percepção sobre os “problemas” gramaticais e textuais presentes nas introduções. Esse foi o grupo de estudantes que mais percebeu esses “desvios”. Dentre os 25 participantes, 20 alunos manifestaram em suas respostas a percepção sobre o uso da variante zero nos textos:

“Não há concordância verbal no texto, mas em contrapartida o candidato foi criativo.” (aluno do curso de Direito)

“Apesar de argumentos coerentes, gramaticalmente, possui erros de concordância.” (aluno do curso de Psicologia)

O próximo gráfico analisa somente as respostas dos 20 alunos do ES que demonstraram em suas respostas terem notado o uso da variante estigmatizada.

Gráfico 6 - Avaliação dos alunos do ES que notaram a variante zero



Fonte: Mariano (2019)

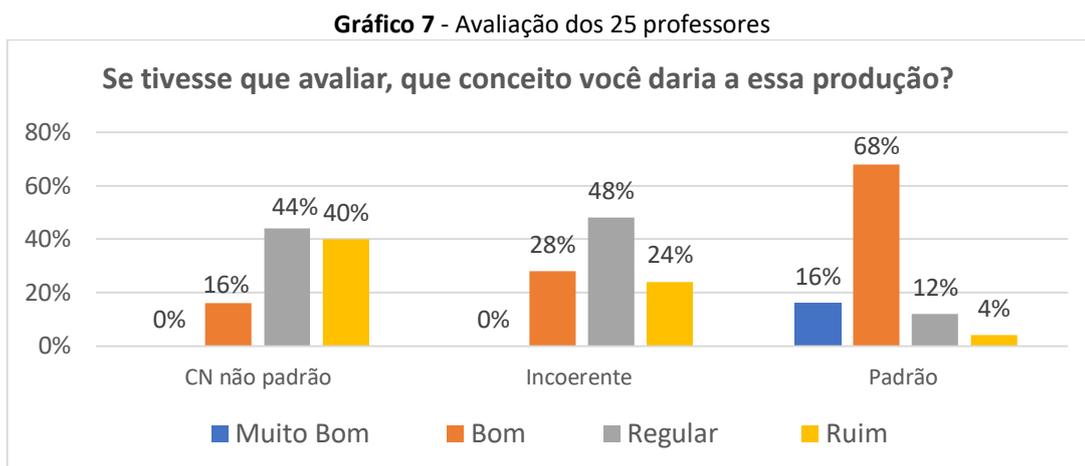
Novamente, verifica-se que, quando a variante $\langle \emptyset \rangle$ é notada, ela é avaliada negativamente. Nesse grupo de avaliadores, essa variante recebeu 95% de conceitos Regular e Ruim. Foi a maior avaliação negativa entre os estudantes, o que prova que quanto maior o

O fenômeno da Concordância Nominal na escrita: a avaliação por falantes de diferentes níveis de escolaridade

nível de escolaridade, maior a percepção sobre a ausência da marca -s e maior a avaliação negativa sobre o uso da variante zero.

- **Professores de LP**

O último grupo a participar da pesquisa foi o de 25 professores de Língua Portuguesa que lecionavam em escolas da rede pública ou privada.



Fonte: Mariano (2019)

Pelo **gráfico 7**, pode-se notar que 88% dos professores avaliaram negativamente o texto sem CN padrão; 72% avaliaram negativamente o texto incoerente, enquanto a introdução padrão recebeu 84% de conceitos Muito Bom e Bom. De um modo geral, os resultados evidenciam que a escola analisa a qualidade do texto, mensurando seus aspectos gramaticais, ainda que a produção seja coerente e coesa.

Todavia, é interessante dizer também que alguns professores de LP (4 para ser mais específica) não conceituaram o texto negativamente só por ele apresentar a variante zero. Isso mostra que, para alguns professores, há outros critérios importantes a serem considerados, quando se está avaliando uma produção textual.

“Apesar dos erros gramaticais, o autor do texto listou fatos que são coerentes.”
(conceito bom – professor)

Observando as respostas dos professores, somente um não teceu um comentário sobre a variante zero. Quando não havia nas respostas dos participantes qualquer referência sobre a variante zero ou sobre o trecho incoerente, considerava-se que esse participante não percebeu o fenômeno em pauta, pois, mesmo atribuindo conceito positivo ao texto, os participantes comentavam sobre esses “desvios” quando o percebiam:

“Alguns erros de português, mas foi um texto bom.” (conceito bom – aluno do EF II)
“Não ficou muito no tema, possui erros de português.” (conceito bom – aluno do EM)

“Erros de concordância são constantes no texto.” (conceito bom – aluno de jornalismo)

Dessa maneira, apenas um professor não mostrou claramente em sua resposta que havia percebido a ausência de CN padrão.

“Ideias claras e texto bem fundamentado.” (conceito bom – professor)

Portanto, esse professor pode ter atribuído nota boa ao parágrafo sem CN padrão por não ter nem notado a ausência da marca -, ou mesmo por desconsiderar a prioridade dos aspectos gramaticais para o julgamento negativo do texto.

Entre todos os avaliadores, houve o mesmo resultado sobre a avaliação atribuída aos parágrafos, como sintetiza o *continuum* a seguir:

<i>avaliação + positiva</i>	parágrafos padrão	parágrafos incoerentes	<i>avaliação + negativa</i>
			parágrafos com ausência de CN padrão

Dessa forma, mesmo que nem todos os 150 participantes tenham percebido os “problemas” das introduções, houve uma gradação comum a todos os juízes em relação à avaliação dos textos: parágrafos padrão foram mais bem avaliados, seguidos pelos parágrafos incoerentes, e os parágrafos sem CN padrão foram os mais mal avaliados.

Comparando os resultados referentes à avaliação dada aos parágrafos sem CN padrão por todos os grupos de avaliadores, pode-se verificar que os professores foram os que mais avaliaram negativamente os parágrafos. Os percentuais equivalem aos conceitos negativos atribuídos:

- Todos os juízes:

<i>avaliação + positiva</i>				<i>avaliação + negativa</i>
	EF II (38%)	EM (48%)	ES (76%)	PROF (84%)

Contudo, ao se considerar apenas os juízes de cada grupo que manifestaram explicitamente a percepção da não concordância nos textos, os professores não foram aqueles que avaliaram mais negativamente as introduções que utilizaram essa variante.

- Apenas os juízes que notaram a ausência de CN padrão:

<i>avaliação + positiva</i>			<i>avaliação + negativa</i>
	EF II (73%)	PROF (88%)	EM/ES (95%)

Portanto, quando a variante foi notada, foram os alunos do EM e do ES que tiveram um julgamento mais negativo sobre a introdução sem a marca formal de número. Esse resultado também foi encontrado em Mollica (1995). Os alunos do Ensino Médio (89%) foram aqueles que mais avaliaram negativamente o uso da variante zero em comparação aos alunos do Ensino fundamental 1º e 2º segmentos (25% e 55%, respectivamente).

Também os estudos de Oushiro (2011) e Mendes (2016) apresentam conformidade com este trabalho. Em Oushiro (2011), os paulistanos participantes da pesquisa, mesmo reconhecendo a variante zero como pertencente ao seu falar, julgaram o usuário da variante não padrão de forma negativa, acreditando que esse usuário é alguém da localidade da Mooca e de baixo nível de escolaridade, além de considerarem como um erro gramatical a ausência de concordância padrão. Mendes (2016) também mostrou que a ausência de concordância de número foi relacionada a falantes de baixo nível de escolaridade, tanto na avaliação de homens como de mulheres. Escolaridade foi o julgamento mais expressivo, seguido por classe social, comprovando, mais uma vez, o forte estigma sobre aquele que usa a marca zero de número no português do Brasil. Os mesmos resultados em comunidades linguísticas diferentes (SP e RJ) evidenciam o estigma que o uso da variante zero impõe ao falante.

Além disso, em relação aos professores, os resultados evidenciam que os aspectos gramaticais são mais “corrigidos” do que os relativos à coerência, por exemplo, o que do ponto de vista da produção textual é mais grave. Muitos professores ainda acreditam que o dever do ensino de gramática é fazer com que o aluno escreva melhor e, para isso, o importante é o aluno escrever de acordo com as regras apresentadas pelas gramáticas tradicionais. A mídia também alimenta esse mito, relacionando, normalmente, o baixo desempenho dos vestibulandos em produção textual aos “erros” gramaticais presentes.

Rosa (s.d. *apud* SANTOS; TEIXEIRA, 2016) fez uma experiência com dez professores com mais de dez anos de magistério. Eles deveriam atribuir notas a três narrações produzidas por alunos do 8º ano. O resultado mostrou uma discrepância nas notas atribuídas a uma mesma redação, que chegou a variar de zero a oito. Contudo, o que chamou a atenção foi o fato de os professores terem focado sua correção/avaliação em questões ortográficas. Os textos com mais “erros” dessa natureza receberam avaliações mais baixas por quase a totalidade dos professores. Essa é mais uma pesquisa que conversa com este artigo, provando o quanto os “problemas” de ordem gramatical interferem na avaliação negativa de um texto, até mesmo entre profissionais da área.

Considerações finais

Pelos resultados, é possível refletir sobre o valor social da variante zero no PB. O uso dessa variante mostra uma estigmatização de seu usuário por respondentes de diferentes níveis de escolaridade; mas, quanto maior o grau de instrução do avaliador, maior foi a percepção sobre o uso dessa variante nos textos e maior a sua avaliação negativa.

As respostas abertas foram de extrema relevância para comprovar o que motivou a avaliação das introduções como boas ou ruins. De fato, notar a ausência de CN foi a causa de

muitos conceitos negativos, mesmo diante de uma introdução clara, dentro do tema, com boa pontuação, sem outros desvios gramaticais. Isso ocorreu, inclusive, entre os profissionais da área. É possível considerar que esse estigma sobre a marca \emptyset tem levado a escola, incessantemente, reiterar na cabeça do aluno a importância de se usar a marca -s de número, principalmente numa escrita formal. Por isso, em Mariano (2019) houve um percentual bem pequeno da variante zero. Isso também pode ser motivo para que os alunos tenham avaliado de forma negativa a presença dessa variante em um texto de alguém que estava à procura de emprego. Afinal, para os participantes, as introduções foram feitas por candidatos que concorriam a uma vaga de emprego numa empresa.

O que talvez falte à escola é mostrar que a ausência da marca formal de número é prestigiada em determinados contextos. Por exemplo, em memes, a ausência de concordância é o que provoca o humor; em letras de músicas como o funk e o rap, a falta da marca -s nos sintagmas é comum e, por vezes, julgada como uma variante típica daquele grupo e muitos falantes se apropriam desse uso linguístico como forma de pertencimento, como uma marca identitária. Em peças de teatro e no discurso jornalístico, em telejornais, o uso da variante zero pode servir como mecanismo de aproximação com o público, sendo uma maneira de se identificar com o espectador. Nesse sentido, considerar a variante zero como “errada” em qualquer contexto seria um engano.

Referências

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do Português. **Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online)**, v. 56 (3), p. 1035-1064, 2012.
- BUSSE, Sanimar. Uma análise das crenças linguísticas dos falantes do Oeste do Paraná. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 01, p. 77-94, 2012.
- CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CORBARI, Clarice Cristina. Crenças e atitudes linguísticas de falantes de Irati (PR). **Signum: Estudos de Linguagem**, v. 1, p. 111-127, 2012.
- CYRANKA, Lucia Furtado de Mendonça. **Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora – MG**. 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- DALLEASTE, Ana Paula; BUSSE, Sanimar. Crenças e atitudes linguísticas: uma análise das línguas e culturas em contato em Capanema/Paraná. In: **XI Seminário Nacional de Literatura, História e Memória e II Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano**, 2013, Cascavel, p. 01-15, 2013.

KENEDY, Eduardo. Nos meandros da experimentação. In: ABRAÇADO, J. & KENEDY, E. (Org.). **Transitividade traço a traço**. Niterói: EdUFF, p. 29-39, 2014.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. (Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

_____. Some sociolinguistics principles. In: PAULSTON, Cristina Bratt (ed.); TUCKER, G. Richard (org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

_____. **Principios del cambio lingüístico**. Volumen I: factores internos. Madrid: Gredos, 1994.

LAMBERT, W. E., HODGESON, R. C., GARDNER, R. C. & FILLENBAUM, S. Evaluational Reactions to Spoken Languages. In: **Journal of Abnormal and Social Psychology**, vol. 60 (1), 44-51, 1960.

MARIANO, Mara Pereira. **Análise da concordância nominal na escrita de aprendizes do fundamental II**: avaliação subjetiva e reflexões sobre o ensino. 2019. 260 folhas. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ FL, 2019.

MENDES, Ronald Beline. Nonstandard Plural Noun Phrase Agreement as an Index of Masculinity. In: MENDES, R. B.; LEVON, E. (Org.). **Language, Sexuality and Power**. Studies in Intersectional Sociolinguistics. New York: Oxford University Press, v. 1, p. 105-129, 2016.

MIRANDA, Antônio Luiz Alencar. **Crenças, atitudes e usos variáveis da concordância verbal com o pronome tu**. Projeto de Doutorado apresentado a Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MOLLICA, Maria Cecília. Como o brasileiro fala, percebe e avalia alguns padrões linguísticos. IN: HEYE, Jurgen (org). **Flores Verbais**. Rio de Janeiro, Editora 34, p 121-29, 1995.

MORAIS, Mario Ribeiro; ANDRADE, Karylleila dos Santos. Crenças e atitudes linguísticas como ferramentas de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa. **Revista Philologus**, v. 20, p. 938-955, 2014.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade: produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. Projeto de doutorado apresentado a FAPESP/Processo 2011/09122-6, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância de número em português**. 1988. 555 páginas. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ.

SANTOS, Leonor Werneck; TEIXEIRA, Claudia de Souza. Correção e avaliação de textos. In: COELHO, Fábio André; PALOMANES, Roza. **Ensino de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 23-41.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. (Trad. Marcos Bagno). São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Como citar

BATISTA DA SILVEIRA, Eliete F.; MARIANO, Mara P. O fenômeno da Concordância Nominal na escrita: a avaliação de falantes de diferentes níveis de escolaridade. **Caderno de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 189-208, jul./dez. 2020.